

Interfaces entre a Bioética Ambiental e o Ecoturismo

Interfaces between Environmental Bioethics and Ecotourism

Marta Luciane Fischer*
Valquiria Renk**
Gabriela Rodrigues***
Ana Sílvia Juliatto Bordini****

RESUMO: Este é um artigo de caráter exploratório na área de Bioética Ambiental que objetiva discutir as questões éticas emergentes relacionadas ao uso da natureza e suas consequências sociais, culturais e econômicas no Ecoturismo e defender a importância da Educação Ambiental no desenvolvimento sustentável desta atividade. O Ecoturismo é uma alternativa de lazer que alia a responsabilidade sobre as áreas naturais, o bem estar da população, o desenvolvimento sustentável e a educação ambiental. Mas, a sua prática alerta para a necessidade da reflexão teórica e ética que envolve a sociedade e os usos que faz da natureza, assim como a avaliação dos impactos positivos e negativos no meio ambiente, na economia, na cultura e na organização das comunidades. Através da discussão teórica interdisciplinar entre turismo, geografia, biologia e bioética pode-se analisar os princípios éticos envolvidos no Ecoturismo, assim como considerar a vulnerabilidade econômica, social, cultural e sanitária que as comunidades estão expostas, discutir as atitudes dos turistas e os impactos decorrentes desta atividade. Como resultado, este estudo indica a importância da Bioética Ambiental na promoção do diálogo entre os interesses dos diferentes atores sociais no desenvolvimento do turismo sustentável. Há necessidade de princípios éticos que orientem a tomada de decisão para a mitigação dos conflitos decorrentes desta temática tão complexa e a urgência na formação de profissionais que atendam as demandas de sustentabilidade ambiental da humanidade e do planeta

PALAVRAS chave: Bioética Ambiental; Ecoturismo; Educação Ambiental; Princípios éticos

ABSTRACT: This article is an exploratory study in the area of Environmental Bioethics that aims to discuss the emerging ethical issues related to the use of nature and its social, cultural and economic consequences in Ecotourism and to advocate the importance of Environmental Education for this activity to have a sustainable development. Ecotourism is an alternative of leisure that combines the responsibility for natural areas, the population's well being, sustainable development and environmental education. But its practice alerts to the need of a theoretical and ethical reflection that involve society and the uses it makes of nature, as well as the evaluation of the positive and negative impacts in the environment, in the economy, in culture and the organization of the communities. Through the interdisciplinary theoretical discussion integrating tourism, geography, biology and bioethics it is possible to analyze the ethical principles involved in Ecotourism, as well as to consider the economic, social, cultural and health vulnerability that communities are exposed to, discuss tourists' attitudes and the impacts arising from this activity. As a result, this study indicates the importance of Environmental Bioethics in promoting the dialogue between the interests of the different social actors in the development of sustainable tourism. There is a need for ethical principles that guide decision making to mitigate conflicts arising from this complex issue and the urgency in professional education that meet the demands of environmental sustainability of humanity and the planet

KEYWORDS: Environmental Bioethics; Ecotourism; Environmental Education; Ethical Principles

INTRODUÇÃO

A bioética surgiu oficialmente na comunidade científica por meio da percepção de Potter¹ a respeito da vulnerabilidade da vida diante do desenvolvimento

científico e tecnológico da humanidade. Propondo a construção de uma ponte entre as ciências humanas e as biológicas, para mitigação de problemas já instalados e prevenção de riscos eminentes. Contudo, o direcionamento do foco da bioética para área clínica adiou a

DOI: 10.15343/1981-8254.20140804413421

* Bióloga. Professora titular do curso de Ciências Biológicas, docente do Programa de Mestrado em Bioética da PUCPR. Editora-chefe da revista Estudos de Biologia: ambiente e diversidade da PUCPR. Coordenadora do Comitê de Ética no Uso de Animais da PUCPR. E-mail: marta.fischer@pucpr.br

** Geógrafa. Professora titular do Curso de Turismo e Professora do Programa de Pós Graduação em Bioética, na PUCPR. Editora Chefe do Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo. Líder do grupo de Pesquisa Universo do Turismo. E-mail: valquiria.renk@pucpr.br

*** Bióloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestranda do curso de Pós Graduação em Bioética da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Bolsista da CAPES. E-mail: rodriguesga@hotmail.com

**** Assistente Social. Especialista em Dependências Químicas pela PUCPR e Mestranda em Bioética na PUCPR. E-mail: juliatto.bordini@pucpr.br

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

aplicação global. A tentativa de retomada da Bioética Ambiental tem sido uma demanda da atualidade em decorrência da globalização dos problemas ambientais e conseqüentemente necessidade de ações conjuntas.

Dentre as possibilidades e necessidades de aplicação da Bioética Ambiental, destaca-se o Ecoturismo. Essa modalidade do turismo surgiu como alternativa de renda para comunidades tradicionais, muitas vezes impedidas de explorarem recursos naturais, e alternativa para populações urbanas interagirem com a natureza. À parte dos benefícios biopsicossociais e econômicos é possível perceber impactos sociais, culturais e ambientais que requerem um diálogo entre os atores envolvidos, a fim de que os problemas sejam prevenidos ou remediados o mais cedo possível. Justifica-se a promoção desse diálogo através da Bioética Ambiental, uma vez que a globalização tem estreitado as inter-relações entre a população autóctone e os turistas, os quais possuem distintos valores ambientais, sociais, culturais e éticos, resultando em trocas materiais e imateriais nem sempre igualitárias. Tem-se como pressuposto a urgência na reflexão sobre os princípios éticos norteadores das tomadas de decisão, muitas vezes baseadas em interesses individuais, momentâneos e contrário às práticas sustentáveis, podendo acarretar em problemas de difícil resolução. Assim, o debate deve subsidiar a formação de lideranças que visem atender às necessidades econômicas, sociais e estéticas interferindo o mínimo possível na integridade cultural e nos processos ecológicos². Desta forma, o presente estudo teve como objetivo promover o debate sobre as questões éticas envolvidas no ecoturismo através do diálogo entre a economia, o turista, a comunidade e a natureza. O artigo foi estruturado em três partes, sendo que inicialmente se propôs a contextualização do ecoturismo; na trata-se da exposição da argumentação dos sujeitos envolvidos no ecoturismo e, por fim, é discutido o papel da Bioética Ambiental na promoção de alternativas para mitigação dos conflitos de forma que as soluções sejam favoráveis a todos.

ECOTURISMO E SUA INSERÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição de ecoturismo é polissêmica e não consensual, porém não caracteriza qualquer atividade realizada em ambiente natural, devendo estar atrelada com a responsabilidade sobre as áreas naturais, ao bem-estar da população local, a uma orientação filosófica, ao desenvolvimento sustentável e à educação³.

Os interesses dos turistas nas peculiaridades da natureza remontam o início do século XX, porém inicialmente a prática de propiciar experiências naturais aos viajantes não esteve atrelada aos cuidados com a natureza. No final do século XX, discussões sobre questões ambientais impactaram também nas práticas turísticas emergindo temas que envolviam desde qualidade de vida da população autóctone até a preservação ambiental. Assim, para normatização da atividade foram produzidos documentos que visavam o desenvolvimento sustentável³.

O Brasil destaca-se nesse cenário tendo em vista sua diversidade cultural, megadiversidade biológica e extensão florestal. A preocupação ambiental também se consolidou a partir dos anos de 1970, decorrente dos impactos gerados pela substituição de florestas pela agricultura, expansão do garimpo, industrialização e poluição. Culminando no incentivo à criação de reservas biológicas, parques nacionais e áreas de proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e implementação de programas de educação ambiental. Consolidando associações de proteção à natureza compostas por entusiastas, ecólogos e acadêmicos. Conseqüentemente, o ecoturismo e a busca por roteiros em áreas naturais passaram a fazer parte da agenda dos planejadores e operadores de turismo.

O ecoturismo, o turismo ecológico, de natureza, aventura ou rural são temas recentes nas pautas das políticas decorrentes de pressões internacionais relativas às demandas de conservação ambiental. A Política Nacional de Ecoturismo começou a ser discutida no Brasil a partir de 1985, em decorrência do projeto "Turismo Ecológico" elaborado pelo Instituto Brasileiro de Turismo e

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Relatório de Brundtland, também conhecido como “Nosso futuro comum” elaborado pela 1ª Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida na Noruega em 1987, promoveu um balanço a respeito do desenvolvimento econômico em nível mundial, destacando as principais consequências socioambientais e propondo estratégias de longo prazo visando o desenvolvimento sustentável, cujo reflexo no Turismo foi o surgimento do Ecoturismo². A 2ª Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 propôs a elaboração da “Agenda 21” a nível global, nacional e local, sendo o ecoturismo apontado como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com responsabilidade social e desenvolvimento local².

Em decorrência da “Carta da Terra” e da “Agenda 21” foram elaboradas as Diretrizes Nacionais para o Ecoturismo em 1994⁴, estabelecendo conceitos e definindo critérios de exploração sustentável do potencial constituído pelas belezas naturais e valores culturais. O Código Mundial de Ética do Turismo, redigido em 1999⁴, é considerado um marco na delimitação da atividade turística visando a sustentabilidade. Em 2002, o Ano Internacional do Ecoturismo, a Organização Mundial do Turismo e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente organizaram a Cúpula Mundial do Ecoturismo, em Quebec, a fim de debater as estratégias de desenvolvimento sustentável. Em 2010, o governo brasileiro lançou as Diretrizes Nacionais para a Política Nacional de Ecoturismo, consolidando a atividade que passou a fazer parte das políticas de grandes e pequenas cidades⁴.

QUESTÕES ÉTICAS ENVOLVIDAS NO ECOTURISMO

Ecoturismo e a economia

O ecoturismo é um segmento lucrativo em expansão, constituindo importante fonte de renda de países em desenvolvimento como Quênia (US\$500 milhões/ano) e Costa Rica (US\$336 milhões/ano). Em inúmeras ilhas do Pacífico e Índico a atividade é a única alternativa de

renda para comunidades inseridas em áreas de proteção ambiental, maximizando a vulnerabilidade econômica e dependência de capital estrangeiro³. O ecoturismo tem crescido cerca de 20% ao ano, abrangendo aproximadamente 10% dos viajantes. O Brasil movimenta anualmente em torno de meio milhão de turistas que buscam sol e praia para lazer (60,2%); natureza, ecoturismo ou aventura (26,9%) e cultura (8,5%). No Brasil, o roteiro ecológico mais procurado é Foz do Iguaçu (PR) destacando-se como segundo local mais visitado em termos nacionais (23,4%), atrás apenas do Rio de Janeiro⁵. Apenas em 2009 as empresas de turismo de aventura totalizaram 515,9 milhões de reais, gerando 18.541 empregos⁵. O gasto médio diário de cada turista no Brasil é de US\$ 66,3, gerando cerca de US\$ 70 milhões anuais, correspondente apenas à 0,027% do faturamento mundial. Valor este equivalente à de países vizinhos que possuem bem menos opções eco turísticas quando comparadas com os cerca de 76 parques nacionais, 88 reservas biológicas e 94 áreas de proteção ambiental disponíveis no Brasil^{5,6}.

O ecoturismo surgiu como alternativa direta e indireta de geração empregos, diversificação a expansão da economia, a fixação e qualificação profissional, melhoria de infraestrutura e arrecadação para as Unidades de Conservação^{5,7}. Contudo, deve-se considerar que o *trade* turístico detêm a maior parte da renda, bem como os cargos de gerência dos segmentos hoteleiro, gastronômico e de transporte. Os grandes empreendimentos tornam os moradores locais vulneráveis à concorrência com trabalhadores exógenos e aos empresários, os quais podem ocupar cargos políticos potencializando as chances de gerir a região apenas de acordo com seus interesses⁸.

O ecoturismo expandiu para regiões distantes dos centros urbanos transformando pequenas propriedades rurais ou comunidades de pescadores em estâncias e *resorts*, oferecendo descanso, contato com a natureza e esportes radicais. Embora a alternativa de explorar o local de moradia para visitação seja tentadora, é preciso avaliar o impacto dos valores capitalistas na dinâmica social e ambiental. A especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a marginalização da população, são

consequências negativas para a maioria das comunidades. Ainda, o investimento pode gerar prejuízo, pois é dependente de determinações legais, infraestrutura, saneamento, investimentos públicos e privados e capacitação técnica⁷.

Deve-se ater à rigidez técnica e finalidade lucrativa das regras de gerência das sociedades modernas. Segundo Caracristi⁶, grandes projetos turísticos desenvolvidos em países subdesenvolvidos como o Brasil, refletem a vulnerabilidade política e econômica diante do domínio dos interesses internacionais. Assim, as ações se reduzem à área empresarial, tornando-se uma atividade predatória. O senso ético inerente ao capitalismo difunde a visão de valores e estilos de vida que atrela a felicidade à capacidade de detenção de comodidades materiais da modernidade. Porém, o modo de vida capitalista também interfere nas relações sociais levando à mercantilização de todos aspectos da vida revelando-se o utilitarismo como elemento ideológico moral⁹. As paisagens são transformadas em produtos a serem consumidos resultando em ganhos que não se sobrepõem aos custos de degradação ambiental, injustiças, instabilidades econômicas, mudanças socioculturais negativas, além de não estarem contextualizadas nas estratégias de sobrevivência dos habitantes locais.

Ecoturismo e os turistas

Todo cidadão possui o direito de desfrutar do contato com a natureza, principalmente diante do aumento da caotização do ambiente urbano e crescente incorporação à rotina de novos e complexos compromissos, exposição à poluição, dieta inadequada, sedentarismo e má qualidade do sono⁶. A vida urbana distanciada da natureza tem contribuído para o desequilíbrio biopsicossocial, maximização do estresse e insatisfação com a própria vida. A mídia e a indústria do turismo aproveitando-se da vulnerabilidade do cidadão comercializam possibilidades de experiências e paisagens paradisíacas, com a promessa do alcance da felicidade, reencontro do equilíbrio e inserção social⁸. Produzindo, assim, paisagens turísticas promotoras do consumo e busca da satisfação imediata sem tempo para o aprendizado de habilidades e

apreensão dos fundamentos éticos⁹. Segundo Bauman⁹, a sociedade de consumo contemporânea promoveu o surgimento de uma modalidade de turista que viaja simplesmente por não gostar do seu mundo aceitando o imperativo de que a distância não importa e que não existem fronteiras. Esses viajantes consumidores desejam a fantasia comercializada sem terem noção das inconveniências da vida do turista, simplesmente por não possuírem condições de interiorizar suas experiências, prevalecendo o esquecimento, impaciência, desinteresse e insatisfação⁹.

A abrangência do ecoturismo, inicialmente praticado por adeptos de esportes radicais ou apreciadores da natureza, ampliou-se para o cidadão geralmente desinformado sobre as demandas dessa modalidade de turismo. Esse novo turista ao se deparar com os inerentes desafios naturais e limitações de infraestrutura, se sente frustrado por não alcançar a satisfação, descanso e equilíbrio almejados. O *trade* turístico, mais interessado em satisfazer o consumidor do que buscar inseri-lo no segmento, tem levado o conforto do ambiente urbano ao cenário do ambiente natural, descaracterizando a intenção original do ecoturismo, resultando em impactos em todos os setores envolvidos¹⁰.

A articulação entre culturas através da transposição de classes sociais e nacionalidades demanda a aplicação dos princípios éticos da comunicação e do discurso de Habermas¹¹. O qual visa equacionar o problema bioético emancipando os seres humanos com relação às fontes de opressão e desumanização. Possibilitando, assim, o direito de participar de um processo educativo, formador de consciência crítica, fundamental para exercer plenamente o papel de cidadão, que pensa sobre a democratização de oportunidades e benefícios centrados na parceria de responsabilidades.

Ecoturismo e as comunidades anfitriãs

O conflito de costumes e valores entre turistas e comunidades tem-se manifestado como uma barreira na aplicação dos conceitos de sustentabilidade inerentes ao ecoturismo. Em curto prazo os objetivos dos turistas e empresários são alcançados. Contudo, os

habitantes locais, assim como a natureza, podem ser significativamente impactados por absorverem a médio e longo prazo os ônus gerados. Ainda, sem terem tido a oportunidade de participar das decisões políticas e econômicas e muito menos receberem compensação em relação aos danos.

Embora o turista busque fugir do cotidiano, muitos não abrem mão do conforto e das comodidades urbanas, levando consigo seus hábitos, costumes e necessidades, relacionadas principalmente com acomodação, alimentação, consumo e comunicação. Assim, além de motivar a produção de lugares que reproduzem as condições urbanas, faz com que produtos incomuns sejam comercializados em comunidades tradicionais. Resultando em impactos à saúde e na cultura, influenciando na forma de se alimentar, vestir, falar, usar o espaço e consumir. Muitos turistas assumem comportamentos exacerbados, subsidiados pelo anonimato e endossado pelo divertimento, desrespeitando os diretos e a privacidade dos moradores locais¹².

A interação entre o turista e a comunidade pode limitar à superficialidade das visitas rápidas aos pontos turísticos, apreciação de apresentações locais e aquisição de produtos típicos, percebendo o morador como mero objeto desse contexto. Por outro lado, a integração dos turistas com a comunidade local muitas vezes não é incentivada devido ao curto período de permanência e impactos na cultura local, a ponto de propiciar um modo de vida híbrido de cultura^{8,12}.

Apesar da experiência do turista ser rara, para o morador local se repete todos os dias: as mesmas excursões, festas e perguntas. Para satisfazer as fantasias, as empresas podem transformar a cultura em produto, banalizando-a por meio de apresentações estereotipadas, desconsiderando o arranjo social existente, descontextualizando os rituais de preparo, as pessoas envolvidas e a periodicidade. Os moradores podem passar a perceber nas manifestações culturais não mais as suas raízes e tradições, mas apenas uma forma de obtenção de lucro. A fim de suprir a demanda dos turistas, as comunidades são mobilizadas em cooperativas com a produção de artesanatos e produtos, atividades nem sempre inseridas na

tradição local. Contudo tanto a pressão para envolver-se na atividade quanto a exclusão de certos grupos sociais dos negócios, podem gerar conflitos que devem fazer parte do planejamento estratégico⁷.

Outro aspecto a ser considerado é a vulnerabilidade da comunidade diante da exposição aos riscos de saúde, potencializados tanto pelo grau de esclarecimento individual, quanto ao conjunto de aspectos sociais e acesso às políticas públicas de saúde¹³. Oliveira-Santos e Paiva¹³ alertam para os problemas de saúde decorrentes das condições de saneamento ambiental; proliferação das IST/Aids/hepatites, exploração de menores e gravidez indesejada resultantes de relações sexuais vinculadas ao turismo sexual ou expectativa de envolvimento afetivo com turista; as consequências do uso de álcool e de outras drogas, que resultam em acidentes de trânsito, afogamento e overdose. Logo, os profissionais do *trade* turístico devem estar preparados para lidar com essas questões e serem os principais intermediadores¹³.

O envolvimento entre diferentes culturas demanda a aplicação dos princípios éticos da solidariedade, cuidado e alteridade. O cuidado é uma experiência de valor que impede agir utilitariamente e egoisticamente conduzindo à alteridade. Segundo Boff⁴, deve-se enaltecer e praticar características humanas como a capacidade de emocionar-se, envolver-se, afetar e sentir-se afetado, praticar a simpatia, empatia, dedicação, cuidado e comunhão com o diferente. Levando, assim, à maior valoração dos humanos do que dos bens e serviços materiais. Esta conduta potencializa também a preservação da biosfera, pois possibilita que o sujeito sintá-se parte da comunidade biótica e, através do cuidado com o outro, possa promover um diálogo libertador, sinérgico e construtor de alianças. O princípio da alteridade orienta olhar, tratar e respeitar o outro na sua diferença, reconhecendo suas necessidades específicas e apreendendo-o na plenitude da sua dignidade e dos seus direitos, promovendo, assim, diminuição considerável de conflitos pessoais e sociais.

Ecoturismo e Meio Ambiente

Em decorrência do objetivo de práticas sustentáveis envolvidas no ecoturismo, os impactos ao meio ambiente

deveriam ser mínimos. Contudo, não é o que se percebe após pouco de 30 anos de início dessa modalidade do turismo. Partindo do princípio que capacidade de carga é um dos primeiros indicativos de impacto ambiental, deve-se considerar que a vulnerabilidade de um atrativo turístico depende da fragilidade dos ecossistemas que o compõem. Sendo mais vulneráveis os detentores de maior diversidade tais como praias, lagos, margens de rios, topos de montanhas, florestas, mangues e recifes de corais¹⁰. Ações como pisoteamento de corais, danificação de estalactites e estalagmites e a pichação de arenitos podem acarretar em danos irreparáveis¹⁰.

Habitats naturais têm sido drasticamente modificados e recursos naturais destruídos ou escasseados diante do aumento da demanda de turistas. O desmatamento objetivando a construção de infraestrutura e manutenção equipamentos turísticos¹⁰, pode acarretar na perda de diversidade e a abertura de trilhas impacta na cobertura, impermeabilidade e erosão do solo com consequentemente alteração na composição das espécies, principalmente animais pequenos e crípticos. As demandas turísticas incentivam, ainda, o uso de recursos naturais, tais como formações rochosas, recursos minerais e fósseis, para geração de matéria-prima para alimentos e artesanatos^{10,15}.

A ocupação desordenada do espaço^{10,15}, pelo aumento populacional ou desalojamento dos nativos, induz à depredação de espaços naturais. Deve-se considerar, ainda, que os resíduos gerados são incompatíveis com a natureza, gerando impactos, perda de diversidade e estresse nos animais alterando seus padrões de atividades biológicas^{10,7}. Destaca-se, assim, que a poluição do ar por emissões de gases dos transportes turísticos; da água, pela saturação ou contaminação; da poluição sonora, pelos meios de transportes e festividades; poluição visual e luminosa; além dos atropelamentos decorrentes de meios de transporte terrestres e aquáticos¹⁰.

A presença do turista impacta diretamente nas populações e comunidades de espécies nativas por ser potencial introdutor de agentes patogênicos e espécies invasoras¹⁰. Além de promover a caça, pesca e captura de animais, muitos em risco de extinção, para venda como

mascotes, alimentos ou confecção de souvenirs^{10,3}. Enquanto que o controle de espécies potencialmente perigosas ou incômodas tais como cobras e aranhas e insetos, promovem o extermínio de inúmeras espécies nativas¹⁰.

Outro problema é a alimentação artificial para atrair os animais^{10,15}, impactando na saúde, promovendo desequilíbrios populacionais, alterações no comportamento reprodutivo e parental e geração de dependência¹⁰. Esses impactos levantam questionamentos relacionados ao bem-estar e sobrevivência dos animais assim como reflexões éticas como o grau de sofrimento admissível e justificável pelos envolvidos com o ecoturismo¹⁰. É possível identificar a aplicação de uma ética utilitarista e sensiocêntrica¹⁶ cujas espécies com simbologias emocionais, tais como golfinhos, são mais valorizadas. Contudo, ressalva-se a necessidade de promoção do conhecimento dos animais em seu contexto natural, transformando as valorações das espécies pelo seu valor intrínseco e não instrumental ou simbólico.

As endemias que até pouco tempo eram específicas de grandes centros ou de áreas rurais, têm se globalizado e tornando-se epidemias, gerando impactos tanto para as comunidades anfitriãs quanto para os turistas⁷. O turista pode sofrer impacto da mudança drástica de ambiente, enfermidades infecciosas, falta de saneamento, baixa resistência ou desconhecimento da flora e fauna nativa, agravadas pela ineficiente assistência médica local.

A água é promotora de bem-estar e saúde, logo um dos elementos naturais mais explorados pelo ecoturismo. Contudo, a sobrecarga de visitantes desvinculada de uma infraestrutura proporcional tem ocasionado sérios impactos ambientais e de saúde para empreendedores e turistas. Deve-se considerar que cerca de 85% das doenças se disseminam pela água⁷, potencializando os agravos de zoonoses tipicamente rurais como a esquistossomose¹⁷.

As questões ambientais devem ser consideradas sob o princípio ético da precaução, da sustentabilidade e da responsabilidade^{10,18,19}. Para que seja possível estimar e prevenir os impactos decorrentes do ecoturismo são necessários monitoramentos e indicadores de sustentabilidade que avaliem as consequências das intervenções ambientais, apontem para uma ação e se

transforme-a em um objeto de decisão política. Logo, diante de uma situação em que não é possível detectar impactos substanciais nas populações selvagens, seja por recursos limitados ou dificuldades na estimativa precisa de parâmetros biológicos, a decisão a ser tomada, deve questionar se essa atividade é mesmo necessária. Para tal, deve-se considerar: motivos para esperar efeitos prejudiciais, níveis muito altos de incertezas e o valor do recurso para conservação. Porém, nos casos em que o uso das terras para outras finalidades como agricultura ou empreendimentos pode envolver grandes riscos, é preferível aplicar o princípio do mal menor e optar pelo ecoturismo, mesmo sem a certeza de seus efeitos, pois presume-se que sejam menos drásticos¹⁰.

BIOÉTICA AMBIENTAL PROMOVENDO O DIÁLOGO ENTRE OS SUJEITOS ATORES DO ECOTURISMO

O turismo não deve ser uma atividade econômica ‘invasora’ e ‘predadora’ nas comunidades locais, mas deve conciliar preservação da natureza, cultura e distribuição justa dos recursos econômicos. A Educação Ambiental se consolidou como elemento essencial para o combate à crise ambiental e reordenação das prioridades, visando preparar cidadãos conscientes para uma atuação responsável em relação ao mundo. Ao ser incluída na prática do turismo sustentável deve preparar os locais visitados e os visitantes para conhecerem os locais²⁰. A valorização do ambiente visitado potencializa a autoestima da comunidade local e consequentemente a valorização da própria cultura e da natureza circundante. O ecoturismo associado à Educação Ambiental oportuniza a vivência de experiências, questionamento e busca por respostas através da interpretação ambiental informal através da promoção de estímulos sensoriais, curiosidade, reflexão e uso de interações, comparações e analogias entre conhecimentos teóricos e experiências reais. Assim, potencializa-se a interiorização de princípios éticos promovendo aprimoramento das relações intra e interpessoais, afetando atitudes, valores e ações²⁰. Contudo a Educação Ambiental no ecoturismo ainda

tem um caráter técnico e superficial demandando o desenvolvimento de pedagogias próprias⁶.

Nos últimos anos a preocupação com a qualificação profissional do turismo tem aumentado. Segundo Costa²¹, o ecoturismo poderá contribuir para a conservação da natureza de modo eficaz e gratificante, ainda mais se estiver amparado em certificações ecológicas das empresas envolvidas, para tanto, deve haver participação efetiva da sociedade. O turismo é multi, inter e transdisciplinar demandando análise constante das necessidades de formação do profissional mais sensível às demandas de sustentabilidade ambiental da humanidade e do planeta. Sendo necessário para tal sólidos conhecimentos relacionados à ecologia, educação ambiental, elaboração e gestão de projetos, legislação e turismo.

O monitoramento da vida selvagem, habitats naturais, visitantes e operadores é fundamental para efetividade do ecoturismo. Essa demanda traz em cena além do papel profissional do monitor ambiental, a necessidade do desenvolvimento de técnicas específicas, motivação de gestores e operadores, direcionamento de verbas públicas e privadas e incentivo ao desenvolvimento da simbiose entre ecoturismo e conservação¹⁰. A função de monitor de ecoturismo demanda normatização, tendo em vista a amplitude de sujeitos envolvidos e a complexidade da tarefa. Uma vez que, não se restringe apenas à guiar viajantes que almejam o contato com a natureza, mas sim estabelecer bases para mudanças paradigmáticas na relação homem/natureza. Os profissionais do Ecoturismo precisam ser multiplicadores desse conceito, subsidiando uma séria formação educacional, inserida em um contexto que valorize a inter-relação entre ética e ecologia. Nunes²² propõe que cada estado brasileiro organize um grupo com representantes de empresas de diferentes interesses do turismo, governo, entidades de classes e instituições de ensino. Estes formariam um conselho de capacitação turística objetivando orientar, intensificar e aperfeiçoar recursos humanos e propiciar a conscientização de turistas. Ressalva-se a importância da participação da comunidade local cuja autoridade e legitimidade são essenciais para fazer cumprir as decisões. Proposta esta que corrobora com a visão defendida

no presente estudo da utilização da Bioética Ambiental como promotora e intermediadora dessa intervenção.

Embora a prática do ecoturismo envolva valores éticos universais é possível a aplicação de princípios inerentes aos negócios, turismo e ambiente, sendo a ética aceitável uma consequência de como turistas, operadoras e população local se sentem uns com relação aos outros¹⁵. A prática do ecoturismo se consolidou apoiada em códigos de conduta enaltecendo a hospitalidade, bem como competências técnicas e científicas de sustentabilidade. Porém, as questões éticas emergentes demandam intervenção da Bioética Ambiental, justamente por negligenciar a fundamentação ética. A ética aplicada ao ecoturismo deve se apoiar em valores e filosofias, intermediando as escolhas pessoais, decorrente da própria dinâmica das sociedades e culturas concomitantemente sendo colocadas em contato¹⁵. Os Códigos de Condutas desconsideram a necessidade de trabalhar a base filosófica das relações entre a sociedade e natureza, não viabilizando identificação dos sujeitos com as responsabilidades diante das questões sociais e ambientais. Assim como, na busca de soluções que ultrapassem uma visão puramente ecológica, social ou econômica, mas que sejam intermediadas por processos políticos, culturais e técnicos que visem uma transformação sociológica. Ressalva-se que um papel importante cabe às operadoras, as quais muitas vezes, se eximem da responsabilidade, delegando ao Estado arcar com as consequências do ecoturismo¹⁵.

No âmbito ético é necessária uma transformação da visão antropocêntrica para biocêntrica, mesmo sendo o ecoturismo uma atividade mercadológica e voltada para satisfação do cidadão consumidor e a comunidade local almejar melhoria de qualidade de vida. A ética ambiental biocêntrica enfatiza a utilização de regras e princípios éticos na resolução de conflitos entre humanos e natureza²³. As regras pregam as atitudes de não fazer mal para a quem não lhe faz mal e de não interferir na existência

natural das espécies, a menos que esta lhe ofereça risco de vida, podendo usar para tal o princípio da autodefesa. A regra da fidelidade impõe o princípio de que a confiança estabelecida não deve ser quebrada e todo mal feito deve ser restituído. Deve-se aplicar também o princípio da proporcionalidade, ou seja, interesses não básicos de um indivíduo não podem ter peso maior do que os básicos do outro. Assim como, o princípio do mal-menor no qual o agente moral deve causar o menor erro possível quando viola o interesse do outro.

CONCLUSÃO

A intermediação das questões éticas e tomada de decisões em diferentes níveis pelos atores envolvidos podem ser norteadas por diferentes princípios éticos, endossando a utilização do pluralismo ético²⁴. Segundo Alvarez²⁴ a bioética deve ser trabalhada sob a visão do pluralismo ético, uma vez que demanda articulações de esforços plurais em sociedades globalizadas, secularizadas, expostas aos novos problemas morais resultantes do rápido desenvolvimento econômico, científico e tecnológico da humanidade. Assim, o pluralismo ético assume a existência de diferentes sistemas morais, contudo ressalva-se que não se trata de um relativismo ético, flexibilizado aos interesses individuais, mas sim uma base ética formada por diferentes princípios. Diante de um dilema em que não é possível decidir frente às possibilidades existentes, é necessário reconstruir cenários para transformação. Logo, o desenvolvimento sustentável acarreta em dilemas cujos grandes produtores mundiais alicerçados no capitalismo trazem sérias limitações para o bem-estar biopsicossocial demandando novos meios de organização dos valores, uma vez que os benefícios trazem custos muitos menores do que as consequências, principalmente diante de um vazio moral que se instala. Atenta-se que apresente reflexão se constitui de um ponto de partida para o desenvolvimento de trabalhos mais específicos e localizados.

REFERÊNCIAS

1. Potter VE. Bioethics Bridge to the future. New Jersey: Prentice-Hall; 1971.
2. CMMAD. Conselho Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV; 1991.
3. Ferretti ER. Turismo e Meio ambiente. Uma abordagem integrada. São Paulo: Roca; 2002.
4. MT. Ministério do Turismo. Diretrizes Nacionais para a Política Nacional de Ecoturismo. Brasília; 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf.
5. MT. Ministério do Turismo. Turismo de lazer é o preferido do visitante estrangeiro. Brasília; 2011. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20111013-1.html.
6. Caracriste I. Turismo que faz e as questões sócio-ambientais. In: Coriolano LN, organizador. Turismo com ética-Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE; 1998. p. 15-31.
7. Aleixo DO, et al. O uso da água e o ecoturismo: desenvolvimento econômico, sustentabilidade e preservação. Rev Âmbito Jurídico. 2011(91). Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10154&revista_caderno=5.
8. Krippendorf J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph; 2001.
9. Bauman Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar; 1999.
10. Gern R, Higginbotto K. Negative effects of wildlife tourism on wildlife. Gold Coast: CRC for Sustainable Tourism; 2001.
11. Barros MA. Habermas e a questão bioética: uma nota bibliográfica. Agora Filosófica. 2002;2(1):55-66.
12. Ribeiro WC, Ferreira SRB. Turismo e desenvolvimento sustentável. In: Coriolano LN, organizador. Turismo com ética-Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE; 1998. p. 302-31.
13. Oliveira Santos A, Paiva V. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS e os Desafios da Prevenção em Comunidades Anfitriãs do Turismo. X Encontro Nacional de Turismo com Base Local. UFPB. 2007. Disponível em: www.ip.usp.br/portal/.../vulnerabilidade_ao_hiv_aids_e_os_desafios.pdf.
14. Boff L. Saber cuidar: ética do humano. Rio de Janeiro: Vozes; 1999.
15. Fennel DA. Ecoturismo: uma introdução. São Paulo: Contexto; 2002.
16. Singer P. Liberação animal. Porto Alegre: Lugano Editora; 2004.
17. Massara CL, et al. Esquistossomose em área de ecoturismo do Estado de Minas Gerais, Brasil. Cad Saúde Pública. 2008;24(7):1709-12.
18. Jungles JR. Interfaces éticas entre desenvolvimento sustentável, economia ecológica e justiça ambiental: precaução e sustentabilidade. In: Porto D, et al. Bioéticas, poderes e injustiças 10 anos depois. Brasília: CFM/Cátedra Unesco de Bioética/SBB; 2012.
19. Jonas H. O Princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis: Vozes; 2004.
20. Mendonça R, Neiman Z. Ecoturismo no Brasil. São Paulo: Manole; 2005.
21. Costa PC. Reflexões finais: a real contribuição do ecoturismo para a natureza. In: Neiman Z, organizador. Meio ambiente, educação ambiental e ecoturismo. São Paulo: Manole; 2002.
22. Nunes DM. Capacitação: suporte para turismo. In: Coriolano LN, organizador. Turismo com ética-Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. Fortaleza: UECE; 1998. p. 399-415.
23. Taylor PW. The Ethics of Respect for Nature. Environmental Ethics. 1981;3:197-218.
24. Alvarez MH. La Bioética y el pluralismo ético. Rev Gerencia Políticas Salud. 2001;1(1):74-85.